



TONDELA
MUNICÍPIO

CADERNO DE ENCARGOS

FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES E PEQUENO-ALMOÇO (ALUNOS/CRIANÇAS DO ESCALÃO A) NAS ESCOLAS

BÁSICAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DURANTE O ANO LETIVO 2025/2026- LOTES



Índice

Parte I – Cláusulas jurídicas

Artigo 1.º - Objeto do contrato

Artigo 2.º - Prazo contratual

Artigo 3.º - Preço Base

Artigo 4.º - Deveres gerais

Artigo 5.º - Obrigações principais

Artigo 6.º - Preço contratual

Artigo 7.º - Condições de pagamento

Artigo 8.º - Sanções contratuais

Artigo 9.º - Resolução do contrato

Artigo 10.º - Força maior

Artigo 11.º - Redução do contrato a escrito

Artigo 12.º - Gestor do contrato

Artigo 13.º - Caução

Artigo 14.º - Seguros

Artigo 15.º - Foro competente

Artigo 16.º - Comunicações e notificações

Artigo 17.º - Contagem dos prazos

Artigo 18.º - Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviços

Artigo 19.º - Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

Artigo 20.º - Legislação aplicável

PARTE II - Clausulas Técnicas

Artigo 21.º - Disponibilização de ementas

Artigo 22.º - Tipologia de refeições e composição das ementas

Artigo 23.º - Requisitos de higiene e segurança alimentar

Artigo 24.º - Instalações, equipamento e material

Artigo 25.º - Fiscalização, Controlo e Avaliação

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º - Objeto do contrato

O contrato a celebrar tem por objeto principal o fornecimento, por lotes, de refeições escolares e pequeno-almoço (alunos e crianças do escalão A) nas Escolas Básicas do 1º ciclo e Jardins de Infância abaixo discriminados, durante o ano letivo 2025/2026, de acordo com as ementas a fornecer, elaboradas pela nutricionista do Município, dando cumprimento a todas as normas emanadas durante o presente ano letivo:

Lotes	Escolas
1	EB de Adiça, EB de Molelos, EB de Lobão da Beira, Jardim de Infância de Adiça, Jardim de Infância de Botulho, Jardim de Infância de Lobão da Beira, Jardim de Infância de Molelos e Jardim de Infância de Tondela.
2	EB de Canas de Santa Maria e Jardim de Infância de Canas de Santa Maria
3	EB de Outeiro de Baixo e Jardim de Infância de Alvarim
4	EB de Tonda e Jardim de Infância de Tonda
5	EB de S. Miguel do Outeiro, EB de Vilar de Besteiros, Jardim de Infância de Parada de Gonta, Jardim de Infância de Sabugosa, Jardim de Infância de S. Miguel do Outeiro, Jardim de Infância de Mosteiro de Fráguas e Jardim de Infância de Vilar de Besteiros
6	EB de Tourigo, Jardim de Infância de Tourigo e Jardim de Infância de Barreiro de Besteiros
7	Jardim de Infância de Santiago de Besteiros e Jardim de Infância de Campo de Besteiros
8	EB de S. João do Monte e Jardim de Infância de S. João do Monte

Artigo 2.º - Prazo contratual

O prazo para a execução do contrato é de **334 dias** para todos os lotes, o qual se iniciará após a celebração do contrato, mantendo-se em vigor até à conclusão dos serviços, nos termos e



condições previstos no presente caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 3.º - Preço Base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal Tondela dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **529.422,60€**, acrescido de IVA à taxa legal, repartido pelo valor máximo dos diversos lotes, nos seguintes termos:

Lotes	Escolas	Preço base (Acrescido de IVA)
1	EB de Adiça, EB de Molelos, EB de Lobão da Beira, Jardim de Infância de Adiça, Jardim de Infância de Botulho, Jardim de Infância de Lobão da Beira, Jardim de Infância de Molelos e Jardim de Infância de Tondela.	221.565,40€
2	EB de Canas de Santa Maria e Jardim de Infância de Canas de Santa Maria	75.450,20€
3	EB de Outeiro de Baixo e Jardim de Infância de Alvarim	22.645,00€
4	EB de Tonda e Jardim de Infância de Tonda	41.727,00€
5	EB de S. Miguel do Outeiro, EB de Vilar de Besteiros, Jardim de Infância de Parada de Gonta, Jardim de Infância de Sabugosa, Jardim de Infância de S. Miguel do Outeiro, Jardim de Infância de Mosteiro de Fráguas e Jardim de Infância de Vilar de Besteiros	76.938,40€
6	EB de Tourigo, Jardim de Infância de Tourigo e Jardim de Infância de Barreiro de Besteiros	35.147,00€
7	Jardim de Infância de Santiago de Besteiros e Jardim de Infância de Campo de Besteiros	47.026,00€
8	EB de S. João do Monte e Jardim de Infância de S. João do Monte	8.923,60€

3. O valor do preço base resultou do seguinte critério:

a) O preço base é obtido a partir de procedimentos anteriores e do mesmo tipo do que se pretende realizar.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Obrigações do Adjudicatário

Artigo 4.º - Deveres gerais

1. Sem prejuízo do pontual cumprimento de quaisquer outras obrigações legalmente aplicáveis que se relacionem com o fornecimento a efetuar, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as obrigações referidas nas Clausulas Técnicas – Parte II constantes do presente caderno de encargos, do qual faz parte integrante.
2. O Adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os demais meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Quaisquer alterações decorrentes, nomeadamente, da necessária adequação e reajuste de recursos humanos e meios materiais, são da responsabilidade do Adjudicatário, renunciando este a qualquer tipo de contrapartida e observando sempre as condições constantes da proposta inicial.
4. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.
5. De acordo com o disposto no número anterior, o Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

Artigo 5.º - Obrigações principais

1. Não obstante o disposto especificamente nas Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos, do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Confeção de refeições compostas por: pão, sopa, prato (carne ou peixe) e sobremesa;
 - b) Pequeno-almoço composto por: pão (queijo ou fiambre ou creme vegetal ou compota/doce), iogurte líquido ou leite;
 - c) Transporte das refeições é da responsabilidade da entidade que as confeciona;
 - d) Fornecimento de guardanapos de papel e temperos (sal, azeite e vinagre);
 - e) Transporte dos alimentos deve ser efetuado em recipientes de fácil higienização e que assegurem a manutenção das temperaturas adequadas ao tipo de fornecimento proposto;
 - f) Colocação das refeições nas diferentes escolas terá lugar até ao máximo de 30 minutos antes da hora que a escola/jardim definir para serem servidas, de forma as refeições serem servidas.
-

Obrigações da Câmara Municipal

Artigo 6.º - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal de Tondela deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Artigo 7.º - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela Câmara Municipal, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 8.º - Sanções contratuais

1. Sempre que qualquer dos Outorgantes considere que a contraparte está a incorrer em incumprimento das suas obrigações contratuais deverá notificar a outra parte por escrito com a indicação expressa e fundamentada do motivo, concedendo-lhe o prazo de 24 horas para sanar a situação de incumprimento.
2. Mantendo-se o incumprimento das obrigações emergentes do contrato nos termos do número anterior, pode a entidade adjudicante exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de montante fixo nos seguintes termos:
 - a) Pelo atraso no cumprimento da tarefa – 1% por cada dia de atraso.
3. As sanções pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 9.º - Resolução do contrato

O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres e obrigações resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis.

Artigo 10.º - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, chuvas intensas, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se ingere;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviço de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 11.º - Redução do contrato a escrito

É de reduzir o contrato a escrito nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

Artigo 12.º - Gestor do contrato

Foi designado como gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

Artigo 13.º - Caução

Não é de exigir a apresentação de caução.

Artigo 14.º - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos assumidos pelos colaboradores.

2. O adjudicatário obriga-se a efetuar seguro do seu pessoal em conformidade com o disposto nas cláusulas seguintes:

- a) As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho, doenças profissionais e responsabilidade civil, mantendo-se atualizadas até ao final do contrato, ou ainda no caso de rescisão no decurso do prazo, até 30 dias após a respetiva comunicação;
- b) Todos os encargos referentes aos seguros impostos pelo presente caderno de encargos são da inteira responsabilidade do adjudicatário;
- c) O adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os impostos sociais legalmente fixados.

Disposições finais

Artigo 15.º - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o tribunal com competência territorial sobre Tondela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 16.º - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

Artigo 17.º - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 18.º – Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviços

1. Na execução da prestação do serviço observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos na sua redação atual e respetiva legislação complementar;

2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.

3. Os dispositivos legais a que se refere a alínea b) do número 1 do presente artigo serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujos regimes não hajam sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Artigo 19.º - Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, solucionar-se-ão pelos critérios legais de interpretação, de acordo com as regras inscritas no n.º 6 do artigo 96.º do CCP, nomeadamente:

- a) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º;

Artigo 20.º - Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de

janeiro, na sua redação atual, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Critérios alimentares adequados à ementa padrão portuguesa, conforme circular nº 3/DSEEAS/DGE/2013

Artigo 21.º - Disponibilização de ementas

As ementas para os três períodos letivos, serão entregues ao adjudicatário, à data da adjudicação, para o 1.º período, e um mês antes do *terminus* de cada período para os restantes períodos.

Artigo 22.º - Tipologia de refeições e composição das ementas

1. O pequeno-almoço deve conter:

a) Pão

Recomenda-se pão de mistura com (queijo ou fiambre ou creme vegetal ou compota/doce)

b) Leite

Recomenda-se copo de leite meio gordo (20cl)

c) Iogurte

Recomenda-se iogurte líquido de aromas

2. O almoço deve conter:

a) Sopa

- i.** Disponibilização de uma sopa diária, de produtos hortícolas frescos, tendo por base batata, legumes ou leguminosas;
 - ii.** Sendo a sopa um alimento com características únicas devido à sua riqueza em fibras, vitaminas e minerais, deve ser alvo de especiais mensagens de promoção e incentivo ao consumo.
 - iii.** A frequência da sopa passada ou triturada (cremes ou aveludados) deve ser limitada no máximo a duas por semana, pois é importante, do ponto de vista fisiológico, promover a mastigação;
 - iv.** Tendo em conta a rentabilização do espaço da cozinha dos manipuladores de alimentos e também dos ingredientes utilizados na preparação das refeições e, considerando a existência de opções vegetarianas, desaconselha-se a preparação de sopas que envolvam produtos de origem animal
-



(carne, peixe, natas), pelo que se sugere que canja, sopa de peixe, por ex: não constem no mapa de ementas.

Nota: No entanto, esta recomendação, não deve ser considerada como uma proibição à que, em situações pontuais, não possa ser fornecido uma sopa deste tipo a elementos da comunidade educativa que, por razões de saúde, assim o solicitem e, simultaneamente, a cozinha reúna condições para a sua preparação.

b) Fornecedores proteicos de origem animal

- i. Deve haver uma alternância diária entre a carne e o pescado;
- ii. Os ovos são uma excelente fonte proteica, dado possuírem proteínas de alto valor biológico, pelo que devem ser a principal fonte proteica pelo menos duas vezes por mês;
- iii. No caso das carnes, deve-se promover o consumo de carnes brancas, nomeadamente de aves e de criação;
- iv. O pescado a disponibilizar deverá, sempre que possível, conciliar as questões ambientais (selecionando espécies que não estejam em risco), o custo e as características nutricionais (sempre que possível optar por peixes "azuis").

c) Hortícolas e saladas

- i. Como acompanhamento devem ser diariamente disponibilizados produtos hortícolas cozinhados e/ou salada crua, no mínimo de três variedades, respeitando a época de produção (anexo 6, orientações sobre ementas e refeitórios escolares DGE);
- ii. Para essa contabilização, apenas devem ser tidos em conta produtos fornecidos de forma autónoma e como constituinte da refeição, v.g. salada de alface ou tomate ou repolho (ou outra couve cozida) ou feijão verde cozido;
- iii. Não podem ser contabilizados produtos hortícolas utilizados para a preparação de pratos, como cebola ou alho para refogados, cebola para tempero das saladas, pimento ou cenoura para "colorir" o arroz.

d) Sobremesa

- i. A fruta crua e da época (anexo 6, orientações sobre ementas e refeitórios escolares DGE), tem de ser disponibilizada obrigatoriamente e diariamente, no mínimo de três espécies diferentes;
 - ii. Simultaneamente, poderá ser servida, no máximo uma vez por semana, uma peça de fruta cozida ou assada, mas sem adição de açúcar;
-



iii. Complementarmente, pode ser servido, no máximo, duas vezes por mês, e em dia não coincidente com a fruta cozida/assada, umas das seguintes sobremesas:

- i. iogurte natural;
- ii. gelado de leite;
- iii. sobremesa láctea (arroz doce, aletria, pudim ou leite creme);
- iv. gelatina vegetal.

e) Bebida

- i. A água deverá estar disponível, em local visível e adequado, nomeadamente, em jarros, espalhados pelas mesas;
- ii. Dada a elevada qualidade da água distribuída na rede dos serviços públicos municipais, não se recomenda a disponibilização da água engarrafada;
- iii. Sendo a água a única bebida permitida no espaço refeitório, a escola deve ter o cuidado de adotar medidas que impeçam o transporte de outras bebidas para o espaço refeitório, bebidas essas adquiridas no bufete ou trazidas do exterior.

f) Pão

- i. Recomenda-se a distribuição de pão de mistura, embalado;
- ii. Admite-se a distribuição de pão regional desde que se assegure que o mesmo não contém mais do que 1g de sal por 100 g de pão.

g) Gordura de adição

Para o tempero das saladas e/ou hortícolas e sempre que o/a aluno/a solicite, deve ser disponibilizado azeite virgem extra.

Artigo 23.º - Requisitos de higiene e segurança alimentar

O Adjudicatário deve cumprir todos os requisitos de higiene e segurança alimentar, nomeadamente manter um Plano de HAACP nos seus processos de confeção, transporte e de distribuição das refeições que englobe a higienização das instalações e respetivos equipamentos.

Artigo 24.º - Instalações, equipamento e material

- 1. As viaturas e respetivos condutores para garantir o transporte e entrega de géneros e refeições confeccionadas, são da responsabilidade do Adjudicatário;
- 2. O Adjudicatário deve garantir as condições e o equipamento necessário ao cumprimento de todas as normas em vigor, no que respeita à armazenagem de alimentos, confeção e ao transporte das refeições confeccionadas.



TONDELA
MUNICÍPIO

Artigo 25.º - Fiscalização, Controlo e Avaliação

A Entidade Adjudicante constitui-se no direito de fiscalizar, controlar e avaliar o serviço prestado a qualquer momento, solicitando informações ou realizando auditorias ou fiscalizações com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e ao cumprimento das obrigações legais e contratuais pelo adjudicatário, e, quando justificado, de aplicar as devidas sanções e penalidades ou, reportar as ocorrências detetadas às instâncias competentes.



ANEXO I

Exemplo de uma ementa

De a de setembro de 2025		
Segunda-feira	Sopa	Abobora
	Prato Principal	Almondégas estufadas com massa espiral ^(1,3,6,8,12)
	Salada	Pepino, cebola e milho
	Sobremesa	Maçã
	Bebida	Água
	Pão	Mistura ¹
Terça-feira	Sopa	Juliana
	Prato Principal	Abrótea no forno com batata assada ⁽⁴⁾
	Salada	Brócolos, feijão verde e cenoura
	Sobremesa	Banana
	Bebida	Água
	Pão	Mistura ¹
Quarta-feira	Sopa	Legumes
	Prato Principal	Fêveras com feijão e arroz ⁽¹²⁾
	Salada	Tomate alface e couve roxa
	Sobremesa	Maçã
	Bebida	Água
	Pão	Mistura ¹
Quinta-feira	Sopa	Creme de couve flor
	Prato Principal	Tortilha de atum ^(3,4)
	Salada	Alface, milho e pepino
	Sobremesa	Gelatina
	Bebida	Água
	Pão	Mistura ¹
Sexta-feira	Sopa	Feijão verde
	Prato Principal	Massada de peru ^(1,3)
	Salada	Cenoura ralada, alface e cebola
	Sobremesa	Pera
	Bebida	Água
	Pão	Mistura ¹

Observações:

☑ **Ementa Sujeita a alteração sem aviso prévio e realizada conforme circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013**

A sua refeição contém ou pode conter as seguintes substâncias ou produtos e seus derivados:

1-Cereais que contêm glúten; 2-Crustáceos; 3-Ovos; 4-Peixes; 5-Amendoins; 6-Soja; 7-Leite; 8-Frutos de casca rija; 9-Aipo; 10-Mostarda; 11-Sementes de Sésamo; 12-Dióxido de enxofre e sulfitos; 13-Tremoço; 14-Moluscos

. Para quem não é alérgico ou intolerante, estas substâncias ou produtos são completamente inofensivas.

Qualquer informação que deseje sobre alérgenos, consulte um funcionário do serviço de alimentação

ANEXO II

Exemplo de pequeno-almoço

EMENTA	PEQUENO-ALMOÇO	De xx a xx setembro de 2025
	Segunda-feira	<p>Pão de mistura ⁽¹⁾ queijo ⁽⁷⁾</p> <p>Leite ⁽⁷⁾ 20cl</p> <p>ou iogurte líquido ⁽⁷⁾</p>
	Terça-feira	<p>Pão de mistura ⁽¹⁾ fiambre ^(6,7)</p> <p>Leite ⁽⁷⁾ 20cl</p> <p>ou iogurte líquido ⁽⁷⁾</p>
	Quarta-feira	<p>Pão de mistura ⁽¹⁾ creme vegetal ⁽⁷⁾</p> <p>Leite ⁽⁷⁾ 20cl</p> <p>ou iogurte líquido ⁽⁷⁾</p>
	Quinta-feira	<p>Pão de mistura ⁽¹⁾ doce</p> <p>Leite ⁽⁷⁾ 20cl</p> <p>ou iogurte líquido ⁽⁷⁾</p>
	Sexta-feira	<p>Pão de mistura ⁽¹⁾ queijo ⁽⁷⁾</p> <p>Leite ⁽⁷⁾ 20cl</p> <p>ou iogurte líquido ⁽⁷⁾</p>

Observações:

v Ementa Sujeita a alteração sem aviso prévio e realizada conforme circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013

A sua refeição contém ou pode conter as seguintes substâncias ou produtos e seus derivados:

1-Cereais que contêm glúten; 2-Crustáceos; 3-Ovos; 4-Peixes; 5-Amendoins; 6-Soja; 7-Leite; 8-Frutos de casca rija; 9-Aipo; 10-Mostarda; 11-Sementes de Sésamo; 12-Dióxido de enxofre e sulfitos; 13-Tremoço; 14-Moluscos

. Para quem não é alérgico ou intolerante, estas substâncias ou produtos são completamente inofensivas.

Qualquer informação que deseje sobre alérgenos, consulte um funcionário do serviço de alimentação